



4048 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT02 - História da Educação

Iolanda dos Santos Mendonça: o processo de escolarização das mulheres indígenas na Baía da Traição - PB
Márcia Cristiane Ferreira Mendes - UECE - Universidade Estadual do Ceará
Márcia Aparecida Alves da Costa - UECE - Universidade Estadual do Ceará
Lia Machado Fiuza Fialho - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de escolarização das indígenas na educação na Paraíba, através da biografia da Potiguar Iolanda dos Santos Mendonça. Como aporte teórico-metodológico, recorremos aos pressupostos da Nova História Cultural e da História Oral. O resultado da pesquisa aponta para compreensão da escolarização das mulheres indígenas na Paraíba e a construção do saber indígena como partes integrantes do currículo escolar.

Palavras-chave: Iolanda dos Santos Mendonça. Escolarização. Mulheres Indígenas.

Introdução

Este trabalho nasceu das discussões em grupo de pesquisa de Pós-Graduação sobre estudos biográficos, o que resultou na ida à comunidade indígena do Forte, na Baía da Traição – PB, em busca de identificar a participação das mulheres indígenas na educação paraibana.

A inquietação que emergiu no início da construção do estudo possibilitou não só o seu desenvolvimento, como também a delimitação do objetivo, no que indagamos: como se deu o processo de escolarização das mulheres indígenas na Paraíba, levando em consideração que os indígenas passaram por um processo de aculturação?

Nesse sentido foi possível identificar a presença da potiguar Iolanda dos Santos Mendonça, pertencente à aldeia do Forte, localizada na Baía da Traição – PB, que teve uma atuação marcante na educação. Com base nessa percepção, o objetivo do presente estudo é compreender o processo de escolarização das indígenas na educação paraibana, através da biografia da potiguar Iolanda dos Santos Mendonça.

Iolanda dos Santos Mendonça nasceu em 14 de julho de 1961, na Aldeia do Forte, localizada no município da Baía da Traição – PB, tendo 57 anos hoje. Toda sua história de vida foi construída nessa comunidade, como a sua escolarização e profissionalização, vivências que contribuíram a pensar em melhores condições de vida para o seu povo.

Filha de Antônio Gomes e Maria Pessoa dos Santos Gomes, tendo como irmãos: Cecília Pessoa Gomes, Maria José Pessoa Gomes, Geraldo Pessoa Gomes, José Pessoa Gomes, Manoel Pessoa Gomes, Antônio Pessoa Gomes (conhecido como “Cabquinho” e chefe da Aldeia do Forte) e Sebastião Pessoa Gomes, todos ainda residentes na Baía da Traição.

O processo de escolarização de Iolanda e seus irmãos, as primeiras letras, se deu nesta Aldeia citada. A escola onde hoje é gestora foi exatamente seu primeiro processo de aprendizado em um espaço institucionalizado. “Eu já estudei nesse local. Só que não era esse modelo de escola, era diferente. Era de Alvenaria, só tinha duas salas, porque era dividido no meio, os banheiros e a cozinha e um alpendre”. (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018).

Nesse processo de construção do saber, a indígena constituiu família com apenas 18 anos de idade, tendo que morar na cidade da Baía da Traição - PB. Dedicou a sua vida à família, à docência e ao movimento indígena. Percebeu que, por meio de sua dinâmica como educadora e incentivadora nos movimentos, poderia contribuir para modificar a estrutura da educação destinada aos indígenas, como também outros direitos fundamentais que estavam sendo negligenciados.

No momento da entrevista, estando com 57 anos, Iolanda atua fortemente na educação como gestora na Escola Municipal Dr. Antônio Estigarribia, localizada na Aldeia do Forte. Esta instituição de ensino passa pelo processo de mudança para o nome indígena, por entender que as escolas devem manter sua identidade cultural, percebido pelas ações realizadas na escola, que estimula a dança (Toré), a pintura (em paredes, corpos, trabalhos pedagógicos manuais e impressos) e a própria cultura nativa.

Metodologia

A abordagem teórica e metodológica está pautada nos aspectos qualitativos, baseando-se nos fundamentos da Nova História Cultural, em que Burke (1991) enfatiza que a história também se entende e se faz por intermédio de novos objetos, novos problemas, novas abordagens e novos documentos. De acordo com este pensamento e a contribuição da Escola dos Annales, a história começa a ser pensada sob uma nova ótica, a partir das pessoas comuns, não só através de histórias dos heróis contadas pela historiografia oficial. Como aprofunda Burke: “a forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis” (BURKE, 1991, p. 17).

Nesta perspectiva de interpretar a história a partir de novos tratamentos sobre as fontes, que entrevistamos a indígena Iolanda dos Santos Mendonça, utilizando um projeto prévio em História Oral biográfica, reportando as suas histórias e memórias quanto ao seu processo de escolarização. A entrevista foi realizada na escola onde a indígena atua como gestora, durando aproximadamente 40 min, sendo gravada e depois transcrita, validada pela própria biografada. Por fim, convém destacar que também foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ao qual a indígena atestou participação na pesquisa em tela.

O Processo de Escolarização das indígenas

As escolas brasileiras estiveram alicerçadas pelos moldes de educação europeia e os índios seguiram esse modelo num processo mais

devastador, sendo ignorada sua língua, sua cultura, e ainda sendo considerados seres selvagens que teriam que passar pelo processo de aculturação (SAVIANI,2013). Longos anos de desapropriação de sua cultura fizeram com que várias comunidades perdessem sua língua nativa, incluindo as comunidades indígenas da Baía da Traição – PB.

Iolanda dos Santos Mendonça foi uma indígena que atuou na educação e nos movimentos indígenas, reivindicando espaços de atuação para as mulheres, tanto na educação como no mercado de trabalho e na valorização da cultura indígena. Até mesmo pelo desenvolvimento da consciência crítica acerca do histórico processo de exclusão que acometeu a comunidade indígena da Baía da Traição.

Nesse sentido estaremos norteando a trajetória educacional da potiguara compreendendo que a indígena, como outras mulheres, seguiu a mesma movimentação para adentrarem na educação e em outros espaços. Destacando que algumas indígenas serviram de modelos para que outras também almejassem o mesmo lugar ou até status maiores.

O início do processo de escolarização de Iolanda se deu na Aldeia do Forte, na Escola Municipal Dr. Antônio Estigarribia, cursando do primeiro ao quarto ano. Para continuar seus estudos teve que dirigir-se ao município de Rio Tinto – PB, percorrendo uma distância de 25 km diariamente. As instituições nas aldeias de origem não ofereciam um ensino completo, nem condições estruturais adequadas, sendo necessário se descolarem para as escolas da cidade, com extrema dificuldade, pois não existiam transportes escolares para se movimentar da Aldeia até a cidade, o que dificultava a continuação do processo de escolarização. Pressupomos que muitos abandonavam o prosseguimento nos estudos por esse motivo. Como referendou Iolanda:

“Estudei aqui do primeiro ano, porque na época não tinha pré-escola, ao quarto ano. Do quarto eu fazia um teste de admissão para poder passar para o quinto ano, daí eles diziam que era o colegial. Aqui só dava do primeiro ao quarto ano. O colegial era na Baía, uma escolinha pequena que hoje é Antônio Azevedo, na época era tudo pequeno.” (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018).

Ao perceber a trajetória de escolarização de Iolanda, verifica-se que ela passou pelo sistema tradicional de ensino, ainda sendo percebidos os castigos como processo de inclusão da aprendizagem, tendo o retorno punitivo da má conduta e do aprendizado insatisfatório. “Eu sempre fui impulsiva, desde pequena, por isso eu ia para o caroço de milho, para a palmatória, eu ficava de joelho no meio da sala, os alunos tudo olhando para mim com tamborete pesado na cabeça. Eu queria liberdade, desde pequena, e o pessoal não entendia.” (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018). O que Aragão (2013) afirma quanto aos exercícios punitivos: “O uso da palmatória é uma prática proibida no Brasil. Contudo, até o século XIX, estas eram utilizadas de forma natural para educar crianças, a exemplo daquelas adotadas pelas congregações Lassalistas no século XVII” (p. 3).

O histórico de dissabores não a impediu que visualizasse novas oportunidades de aprendizados, no que ia se aprimorando cada vez mais em sua formação como profissional. “Como eu estava fazendo contabilidade precisavam datilografar as coisas, aí meu pai pagou um curso de Datilografia lá na cidade. Durante o dia eu ia para o curso e à noite ia para Rio Tinto estudar contabilidade.” (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018).

Ao concluir a formação em contabilidade buscou se aprimorar na área pedagógica, atuando como docente nas escolas localizadas nas comunidades indígenas. “Terminando contabilidade eu me inscrevi para o Pedagógico, no Centro Social Sagrado Coração de Jesus, que hoje está lá todo deteriorado, que eram das irmãs, das Freiras. Fiz a seleção e fui aprovada. Aí fui fazer o magistério, fui fazer os estágios, daí segui em frente.” (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018).

A sua inserção nas escolas como docente deu-se antes mesmo de concluir o magistério, visto a necessidade de ter professores que atuassem nas escolas e nas aldeias, como também a oportunidade de manutenção do lar, advindo da renda como educadora. “Antes de terminar contabilidade eu consegui um trabalho na escola Doutor Dustan, na Aldeia Galego, fiquei ensinando lá, ainda estava me formando em contabilidade nesse meio período, conheci meu esposo, casei, continuei estudando e fui em frente.” (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018).

A educação para Iolanda foi propulsora a pensar em alcançar voos maiores, no que se refere ao concluir um curso superior. O fato de obter mais conhecimento remetia sempre a formação dos indígenas, uma educação voltada para a Pedagogia Indígena, ampliando essa dimensão para o seu povo, visto que poucos chegavam às universidades. Iolanda iniciou o curso superior em Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), mas concluiu em uma Universidade no estado de Cuiabá, com o programa do curso voltado para a Educação Indígena. “Fiz pedagogia na UVA, mas eu estava no quinto ou sexto período, surgiu a oportunidade de fazer a seleção para Cuiabá.” (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018).

A oportunidade de cursar em Cuiabá abriu-lhe a mente quanto a Educação Indígena, um curso de Pedagogia voltado totalmente aos saberes indígenas. Esse momento foi tão rico como a participação em movimentos de luta pelo reconhecimento dos povos indígenas, sua inserção na “Organização dos Professores Indígenas”. A sua bagagem cultural importou para formar uma base e atuar na educação, bem como para influenciar outros indígenas a buscarem melhores condições de acesso à educação.

O discurso de Paulo Freire (1996) também preponderou na sua formação e no fomento à educação de outras gerações de educadores indígenas. Ideias abrangidas nos currículos educacionais com conteúdos pertinentes a valorização da cultura indígena e o reconhecimento do saber produzido por outras etnias, outras culturas, modificando a Lei 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo escolar das redes pública e privada, no âmbito de toda a Educação Básica, com a lei 10.639/2003, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, modificada posteriormente pela lei 11.645/08, que acrescenta à temática também a cultura dos povos indígenas.

A dificuldade em cursar uma universidade perpassou por vários indígenas, não só Iolanda, mas esta enfrentou as adversidades e se configurou exemplo de resistência, sendo referência para buscar projetos que estimulassem a formação e profissionalização dos indígenas. Segundo Iolanda, o aperfeiçoamento dos indígenas acaba resultando no enriquecimento das discussões ao incluir os saberes indígenas dentro das escolas indígenas:

“Quando fui pela segunda vez para o Galego, isso foi logo, porque isso foi 1991, por aí, porque lá no Galego, junto com o Cacique, conversei com ele e a gente trouxe o Toré para dentro das escolas, a qual não existia. Você sabe que os saberes indígenas foi totalmente banido das escolas, da grade curricular, de tudo, mas comecei levando junto com o Cacique, fizemos uma parceria e a escola com o nome da Aldeia começou a se destacar, foi saindo notícia, o pessoal vinha e filmava, os sufistas passavam por lá, e a gente começou a receber convites para ir dar palestras nas outras aldeias, nas outras escolas, até fora da cidade, e, na maioria das vezes causava ciúmes. E a partir daí quando a gente levava para as escolas, apareceria convite para mim, para o cacique.” (MENDONÇA, entrevista concedida em 12/07/2018).

A potiguara possibilitou construir novos rumos à educação no município da Paraíba a partir de sua vivência, inserindo-se em movimentos indígenas, reivindicando espaços na educação e no mercado de trabalho, ampliando possibilidades às mulheres e aos indígenas.

Considerações Finais

A pesquisa buscou compreender como se deu o processo de escolarização das indígenas na Paraíba por meio da biografia da indígena Iolanda dos Santos Mendonça. Foi possível perceber como ela se movimentou para ter acesso à educação e ao mercado de trabalho, considerando que a docência era o espaço adequado às mulheres por entender que esta prática seria uma extensão do lar, mas limitada a reprodução de um ideário cultural distante da realidade indígena.

A formação recebida por Iolanda dos Santos Mendonça em casa consistiu na instrução elementar, ensinamentos passados por seus pais e por gerações anteriores, sendo estes alicerçados nas tradições indígenas, ancorados pelos ensinamentos das instituições escolares primárias na aldeia e distanciados na educação fomentada na cidade, na qual a escolarização era constituída por um sistema conservador, excluindo a cultura indígena como processo de constituição do saber.

O seu engajamento na educação e nos movimentos indígenas possibilitou uma discussão em torno da educação, dos conhecimentos necessários para a preservação da cultura indígena, que praticamente fora exterminada pelo processo de colonização, e a escolarização para as novas gerações. Nesse sentido, considera-se que este estudo fomenta possibilidades de ampliação dos conhecimentos sobre o processo de escolarização das indígenas, ensejando reflexões e o desenvolvimento de novos estudos com ênfase na educação das mulheres indígenas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Milena. **Práticas de Castigos Escolares: A Palmatória como Símbolo em Salas de Aula Sergipanas**. Sociedade Brasileira de História da Educação. 20 a 23 de março. Cuiabá: SBHE, 2013.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

Fontes Orais:

MENDONÇA, Iolanda dos Santos. **Iolanda dos Santos Mendonça**. Depoimento [12/07/2018]. Entrevistadora: Márcia Cristiane Ferreira Mendes. João Pessoa: 2018.